

- Cada item da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Em sua prova, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

A respeito do direito disciplinar militar, julgue os itens a seguir.

- 1 Tenente da polícia militar da ativa que cometa crime tipificado no Código Penal Militar estará sujeito às sanções previstas na referida legislação, bem como poderá ser responsabilizado pelo mesmo fato nas esferas administrativa e civil, sem que essa responsabilidade cumulativa viole o princípio do *non bis in idem*.
- 2 **Situação hipotética**: Um tenente da polícia militar da ativa cometeu determinada transgressão disciplinar e respondeu a processo administrativo disciplinar. No final do processo, devido à inexistência de provas do fato, não foi aplicado ao militar nenhum tipo de sanção disciplinar. **Assertiva**: Nessa situação, mesmo após a conclusão dos trabalhos na instância administrativa, caso surjam novas evidências da ocorrência do fato, poderá ser instaurado novo processo administrativo contra o referido militar.
- 3 Define-se como administração pública, em seu sentido funcional, o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- 4 A autoexecutoriedade do ato disciplinar significa que, em regra, o ato se aperfeiçoa sem a interferência de outros órgãos estatais.
- 5 Cabe ao Conselho de Disciplina apurar transgressões disciplinares cometidas por tenentes da polícia militar da ativa bem como avaliar a capacidade moral desses oficiais para permanecer no serviço ativo militar.
- 6 Na hipótese de um sargento da reserva remunerada da polícia militar cometer uma transgressão disciplinar, caberá ao subcomandante da polícia militar aplicar-lhe a sanção disciplinar.

De acordo com os princípios constitucionais que regem o processo administrativo no âmbito do direito disciplinar militar, julgue os itens que se seguem.

- 7 O administrador público, no uso do seu poder disciplinar, deve respeitar os limites da lei; no entanto, em razão da discricionariedade, ele é dispensado de obedecer ao princípio da motivação das decisões.
- 8 O princípio do contraditório e da ampla defesa está previsto na Constituição Federal de 1988 e deve ser obrigatoriamente observado nos processos judiciais e(ou) administrativos.

Conforme o disposto na Lei n.º 13.407/2003 — Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará —, julgue os itens subsequentes.

- 9 Posto e graduação são graus hierárquicos conferidos por ato do governador do estado e confirmados em carta patente.
- 10 A referida legislação não se aplica aos militares do estado ocupantes de cargos públicos não militares ou eletivos nem aos militares reformados do estado.

- 11 A antiguidade de dois majores, que foram promovidos nos postos anteriores na mesma data e realizaram curso de formação no mesmo período será definida com base na classificação que eles obtiveram no curso de formação.
- 12 **Situação hipotética**: Um capitão da polícia militar da ativa cometeu transgressão disciplinar e, após o devido procedimento disciplinar, recebeu nota de culpa com a sanção correspondente. **Assertiva**: Nessa situação, caso o oficial sintasse injustiçado em relação à sanção aplicada, ele terá direito de interpor recurso hierárquico.
- 13 **Situação hipotética**: Dois tenentes da polícia militar da ativa cometeram transgressão disciplinar e, após o devido processo disciplinar, foram penalizados, simultaneamente, com as sanções administrativas advertência e repreensão. **Assertiva**: Nessa situação, essas sanções administrativas deverão ser publicadas em boletim e, posteriormente, averbadas nos assentamentos desses militares.
- 14 A abertura de sindicância, procedimento de natureza inquisitiva, é vedada nas situações em que o autor é desconhecido ou o fato é confuso.
- 15 É permitido ao policial militar em serviço ativo exercer atividade de segurança particular, desde que tal atividade ocorra nos horários de folga e com prévia autorização do comandante da unidade na qual atua.

A respeito da deontologia policial-militar prevista no Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, julgue os próximos itens.

- 16 Entre os valores militares estaduais inclui-se a verdade real, também compreendida como um princípio processual.
- 17 Os deveres éticos que favorecem a condução da atividade profissional pautada na retidão moral incluem a subserviência, fundada nos princípios da hierarquia, da disciplina, do respeito e do decoro.

A respeito das sanções administrativas disciplinares previstas no Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, julgue os seguintes itens.

- 18 O governador do estado e o controlador geral de disciplina são as autoridades competentes para aplicar todas as sanções disciplinares a oficiais e praças da polícia militar.
- 19 Entre as circunstâncias que atenuam a pena de um oficial que tenha cometido transgressão disciplinar inclui-se a falta de prática no serviço.
- 20 **Situação hipotética**: Um sargento da polícia militar, devido ao fato de ter cometido transgressões disciplinares, ingressou no mau comportamento há três anos e, atualmente, permanece nessa condição, em decorrência do cometimento de outras faltas leves. **Assertiva**: Nessa situação, caso cometa nova transgressão classificada como média ou grave, esse militar estará sujeito à sanção de demissão.

Com base no que dispõem a Constituição Federal de 1988 (CF) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a respeito dos direitos de crianças e adolescentes, julgue os seguintes itens.

- 21 O ECA é aplicado para garantir a proteção dos direitos de crianças, de adolescentes e, excepcionalmente, de pessoas com idade entre dezoito e vinte e um anos.
- 22 A doutrina de proteção integral da criança e do adolescente foi inaugurada a partir da vigência do art. 227 da CF, que estabelece que crianças e adolescentes devem ser tratados com absoluta prioridade pelo Estado, pela família e pela sociedade.

A respeito das medidas que se aplicam aos casos de cometimento de ato infracional por criança ou adolescente, julgue os itens a seguir.

- 23 O adolescente que cometer furto de modo reiterado, mas sem grave ameaça nem violência contra a vítima, deve cumprir outras medidas socioeducativas em vez de internação em estabelecimento educacional.
- 24 Crianças que cometam ato infracional devem cumprir medidas socioeducativas, mas também devem ser contempladas com medidas de proteção.

J., uma criança de oito anos de idade cujos pais são divorciados, mora com sua mãe, mas passa os finais de semana alternados com o pai. No retorno de uma visita da criança à casa do pai, a mãe percebeu que J. apresentava uma série de grandes lesões vermelhas e roxas pelo corpo. Angustizada, a mãe questionou o pai da criança acerca dessas lesões, e ele afirmou que J. estava muito bagunceira e desobediente e, por isso, ele teve de aplicar-lhe um corretivo. Imediatamente, a mãe levou J. ao Conselho Tutelar, para que fossem tomadas as medidas cabíveis.

Com relação às medidas que o Conselho Tutelar deve adotar nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 25 Nessa situação, o Conselho Tutelar pode requisitar, como medida de proteção, tratamento psicológico para a criança.
- 26 A mãe da criança deve ser orientada a efetuar registro de ocorrência na delegacia mais próxima, a qual ficará inteiramente responsável por resolver o caso.

A respeito do que dispõe a Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, julgue os itens subsequentes.

- 27 Entre as infrações penais passíveis de aplicação da Lei Maria da Penha incluem-se: contravenção de vias de fato, como empurrões e tapas; ameaças; crimes contra a honra, como injúria e difamação; lesão corporal leve, grave ou gravíssima; tortura; tentativa de feminicídio; e feminicídio consumado.
- 28 De acordo com o art. 17 da Lei Maria da Penha, não constitui punição ao agressor o pagamento de cestas básicas à vítima da agressão por ele cometida.

Maria, dona de casa, compareceu a uma delegacia de polícia queixando-se que o pai de seus dois filhos, Pedro, com quem ela estava casada havia seis anos, tinha lhe dado uma surra com coronhadas e a ameaçado de morte. Maria relatou à autoridade policial que, embora Pedro fosse ciumento, ele passara a agredi-la a partir do nascimento do segundo filho, que já estava com três anos de idade. Segundo Maria, tais agressões consistiam em castigos físicos, que eram aplicados quando ela não lhe obedecia ou se recusava a manter relações sexuais com ele. Ela relatou, ainda, que ficava trancafiada em casa junto com os filhos aos finais de semana, quando Pedro tinha o hábito de sair para se divertir. Maria alegou que tinha receio de se divorciar de Pedro porque, em várias ocasiões, ele tinha ameaçado matar os filhos do casal e, em seguida, se suicidar, caso ela o deixasse.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 29 A autoridade policial deve orientar a vítima a não retornar à casa onde reside com Pedro, devendo ela, para se proteger, buscar amparo na casa de amigos ou de familiares, haja vista o risco de morte ao qual Maria está sujeita enquanto a prisão de Pedro não for decretada.
- 30 Nessa situação, a autoridade policial deve, primeiramente, providenciar atendimento médico a Maria em um hospital ou posto de saúde, para que seja realizado o tratamento das lesões decorrentes da agressão física. Em seguida, Maria deve ser encaminhada ao Instituto Médico Legal, para que se possam obter provas da materialidade do delito cometido por Pedro.

Espaço livre

Laura, servidora pública federal, sofria violência praticada por João, seu companheiro. Apesar das diversas tentativas de se divorciar dele, Laura não conseguia terminar o relacionamento porque João a perseguia, abordando-a na rua ou em seu ambiente de trabalho, o que gerava grande constrangimento em Laura e a impedia de se relacionar com outras pessoas. Laura, então, se convenceu de que a única forma de resolver esse problema e de se sentir segura seria denunciar João pela perseguição e violência que ele cometia contra ela. Concluídas as investigações, João foi condenado judicialmente com pena privativa de liberdade. Anos após a condenação, na iminência do término de cumprimento da pena por João, Laura estava receosa de que ele a procurasse e, conseqüentemente, a situação pudesse se repetir.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir de acordo com as disposições da Lei Maria da Penha.

- 31 Assim que a saída de João da prisão for determinada, Laura deverá ser notificada pessoalmente, sem prejuízo da intimação do advogado que a acompanhou durante o processo.
- 32 Para preservar a integridade física e psicológica de Laura, a manutenção do seu vínculo trabalhista deve ser judicialmente assegurada mesmo que ela se afaste do seu local de trabalho por até doze meses.

De acordo com a Lei n.º 10.671/2003 — Estatuto de Defesa do Torcedor —, julgue os itens seguintes.

- 33 A colocação ou classificação, obtida em competição anterior é o critério técnico adotado para que uma entidade de prática desportiva seja considerada habilitada para participar de competição organizada por entidades de administração do desporto.
- 34 É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo bem como de seus dirigentes solicitar ao poder público competente a disponibilização de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, para garantir a segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios.
- 35 A relação existente entre torcedores e entidades responsáveis pela organização de competições é caracterizada como relação de consumo.

Acerca da segurança do torcedor e das penalidades previstas na Lei n.º 10.671/2003 — Estatuto de Defesa do Torcedor —, julgue os próximos itens.

- 36 É vedada a conversão de penas privativas de liberdade em pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio ou de locais onde se realizam eventos esportivos, mesmo na hipótese de o agente ser primário e ter bons antecedentes.
- 37 É subjetiva e subsidiária a responsabilidade civil das torcidas organizadas pelos danos causados por seus associados em locais de eventos esportivos.
- 38 As unidades da Federação, no exercício do poder de polícia, poderão editar atos normativos para determinar as condições de acesso e de permanência de torcedores em locais de eventos esportivos.

Julgue os itens que se seguem, referentes a situações operacionais da tropa de choque.

- 39 Denomina-se ordem de ação o momento em que se ordena o emprego da tropa de choque propriamente dita e o retorno da fração ao batalhão para planejamento das operações de choque.
- 40 Na denominada situação normal, as atividades de rotina do batalhão são mantidas sem que ocorra alteração nos trabalhos da administração ou mudança nos treinamentos previstos, ficando o efetivo da tropa de choque disponível para que o comandante da unidade o acione caso seja necessário.
- 41 Na situação de sobreaviso, quando o acionamento da tropa de choque é iminente, o efetivo de serviço aguarda ser acionado por seu comandante, as rotinas administrativas não sofrem alterações e os treinamentos ficam temporariamente suspensos.
- 42 A prontidão interna é determinada pela presença de fatos graves e anormais que exijam o deslocamento da tropa de choque para resolver uma situação em local fora da sede da unidade.

Julgue os itens a seguir, referentes ao Comando Tático Rural (COTAR).

- 43 O COTAR não atua em operações de apoio ao policiamento ostensivo geral nem realiza policiamento em praças desportivas e culturais.
- 44 O COTAR, unidade do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado do Ceará, executa uma modalidade específica de policiamento motorizado e, devido à sua versatilidade, pode ser empregado em diversas ações policiais militares e em diferentes ambientes, desde centros urbanos até regiões inóspitas da caatinga cearense.

Espaço livre

Durante uma operação da Delegacia de Roubos e Furtos da Polícia Civil do Estado do Maranhão no município de Juazeiro do Norte, região interiorana do estado do Ceará, um policial civil do estado do Ceará foi alvejado. Essa operação objetivava a prisão de João, conhecido como Silvalino, membro de uma das maiores gangues de roubo a bancos da região norte do país. Após intensa troca de tiros com a equipe de oito policiais, Silvalino foi baleado, mas conseguiu fugir para uma região de caatinga, na divisa com o estado do Maranhão, portando um aparelho de radiocomunicação e um telefone celular. Além da ação judicial que motivou essa operação de prisão contra Silvalino, havia também ações em outras localidades do estado do Ceará e em outros estados brasileiros.

Com base nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 45 O rastreamento de Silvalino pode ser realizado mediante o auxílio de cães de captura.
- 46 Para atender a ocorrência descrita na situação hipotética, deve ser acionado o COTAR, em virtude da complexidade dos fatos e das características do acusado.
- 47 Ainda que, durante a perseguição, o acusado faça alguma pessoa refém, o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) não deverá ser acionado, já que cabe unicamente ao COTAR o gerenciamento dessa situação de crise.
- 48 Os agentes do COTAR podem enfrentar dificuldades no atendimento a essa ocorrência, uma vez que o COTAR não dispõe de um acervo de equipamentos suficiente para que se possa perseguir e conter Silvalino.

Com relação à utilização de cães em operações policiais, julgue os itens subsecutivos.

- 49 Após passar por um processo de seleção prévia, o cão de faro é devidamente treinado para localizar substâncias entorpecentes, que podem ser farejadas mesmo se misturadas a outros produtos.
- 50 **Situação hipotética:** A sede de um jornal em Fortaleza foi evacuada após o recebimento, por telefone, de uma ameaça de bomba. A polícia militar foi acionada para verificar se realmente havia material explosivo no local. Após ter realizado a varredura do prédio com auxílio de cães de faro de explosivos, a polícia concluiu que se tratava de uma ameaça falsa e, por isso, os funcionários do jornal foram autorizados a retornar ao local de trabalho. **Assertiva:** A conclusão dos policiais foi precipitada, uma vez que a varredura de um prédio mediante o emprego de cães de faro de explosivos, por ser realizada em menos tempo, não garante que o local esteja seguro.
- 51 O cão de captura possui a capacidade de rastrear indivíduos por meio de seu sistema olfativo, que possibilita que o animal identifique e diferencie odores com extrema precisão.
- 52 Os cães de resgate, além de serem treinados para encontrar possíveis sobreviventes nas mais diversas situações, também são utilizados para localizar cadáveres ocultados.
- 53 **Situação hipotética:** A polícia militar foi acionada para intervir em uma discussão que ocorria entre um pintor de paredes e um cliente que havia contratado os serviços do pintor. No atendimento da ocorrência, o pintor de paredes, que se mostrava exaltado e indisposto a resolver a contenda, desacatou um dos policiais militares, que lhe deu ordem de prisão por desacato e o levou à delegacia. Enquanto dava seu depoimento, o pintor de paredes acabou confessando ter matado um vizinho havia alguns meses e enterrado o corpo dele em uma área de mata fechada próxima a sua casa. O pintor não soube precisar onde havia enterrado o corpo do vizinho. **Assertiva:** Nas investigações acerca desse homicídio, indica-se a utilização de cães de faro para localizar o corpo da vítima.

O prefeito de um município a poucos quilômetros de Fortaleza foi mantido refém de um homem dentro do prédio onde funciona a sede da prefeitura. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, o sequestro iniciou-se no dia anterior, quando o prefeito foi rendido pelo sequestrador, que estava armado com uma pistola. O prédio foi isolado pela polícia militar, que aguardou a chegada das equipes que foram acionadas para gerenciar a crise. Além da PMCE, a Polícia Rodoviária Federal também presta apoio à operação de tentativa de resgate, mantendo um grupo de policiais no local.

A partir dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 54 Caso o grupo de negociadores perceba que não há chances de estabelecer um acordo com o sequestrador, torna-se necessário empregar o grupo de resgate de reféns do GATE. Depois de autorizado, esse grupo deverá iniciar a ação tática, resgatar o refém e prender o sequestrador.
- 55 O resgate do prefeito deve ser efetuado por uma equipe composta por negociador, atirador de precisão e time tático preparados e embasados em princípios legais.
- 56 Nessa situação, torna-se desnecessário o acionamento do GATE, considerando-se que a Polícia Rodoviária Federal esteja no local da crise desde o começo e não tenha sido acionada para atuar na ocorrência.

Com relação aos aspectos legais, normativos e técnicos que envolvem a atuação do batalhão de choque em ações de reintegração de posse, julgue os itens seguintes.

- 57 O batalhão de choque deve evitar o uso de técnicas de controle de distúrbios civis nos casos em que se apresenta mandado de reintegração de posse no momento da ação de reintegração.
- 58 O batalhão de choque, por meio da Companhia de Controle de Distúrbios Civis, pode ser empregado em ações de reintegração de posse tanto em áreas urbanas quanto em zonas rurais, com o objetivo de garantir o devido cumprimento de decisões judiciais de reintegração de posse, de interdito proibitório e de manutenção de posse.

De acordo com as legislações ambientais vigentes, julgue o item seguinte.

- 59 No Código Florestal Brasileiro, está previsto que a criação de políticas para a preservação e a restauração da vegetação nativa, em áreas urbanas e rurais, compete exclusivamente aos estados da Federação.

Espaço livre

No interior do estado do Ceará, uma equipe de fiscalização de transporte irregular de madeira, composta por policiais militares e determinado órgão ambiental, autuou um caminhão que transportava toras de madeira oriundas do estado do Pará. A equipe de fiscalização constatou que, no caminhão, estavam sendo transportados 20 m³ de madeira em toras — 10 m³ da espécie ipê e 10 m³ da espécie maçaranduba. O motorista portava o documento de origem florestal (DOF), com três campos para preenchimento em branco. A seguir, são apresentadas as principais informações constantes do DOF.

Origem: Madeireira paraense
 Produto/Espécie: 15 m³ de madeira em tora da espécie maçaranduba
 Destino: Madeireira cearense
 Meio de Transporte: (em branco)
 Placa/Registro: (em branco)
 N.º do Doc. Fiscal: (em branco)
 Rota do Transporte: **DOF VERDE**

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 60 Na situação em apreço, a ausência de preenchimento dos campos Meio de Transporte e Placa/Registro não constitui irregularidade nem compromete a validade do DOF.
- 61 Na referida situação, a informação **DOF VERDE**, presente no campo Rota do Transporte, está correta por se tratar de transporte de produto florestal de madeira em toras.
- 62 Se, para tentar fugir da fiscalização, o referido motorista tivesse colocado pedaços grandes de madeira para obstruir a estrada, tal conduta seria considerada uma contravenção penal não tipificada como crime.
- 63 O DOF, que constitui licença obrigatória para o transporte de produto florestal de origem nativa, deve ser gerado pelo usuário, por meio do sistema eletrônico denominado Sistema DOF.
- 64 No DOF, o campo referente ao número do documento fiscal somente deverá ser preenchido se houver determinação do órgão fazendário estadual competente.
- 65 Nessa situação, o fato de a fiscalização ter constatado diferenças entre os dados constantes no DOF e os dados obtidos após a análise da carga é indício suficiente para que a conduta do motorista seja caracterizada como criminosa, conforme previsto na legislação vigente.

Acerca da fiscalização da pesca da lagosta e do transporte de animais silvestres, julgue os itens que se seguem.

- 66 Desde que sejam atendidas as exigências legais, é permitida a captura de lagosta por meio de mergulho.
- 67 O transporte de espécimes da fauna silvestre é considerado crime tanto nas situações em que os animais são provenientes de criadouros não autorizados como nas situações em que não há autorização, permissão ou licença da autoridade ambiental competente.
- 68 Os animais que fazem parte de criadouros brasileiros são considerados espécimes da fauna silvestre, independentemente do fato de seu ciclo de vida, ou parte dele, ocorrer nos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.
- 69 Para a realização de atividades como captura, desembarque, conservação, beneficiamento, transporte, industrialização, comercialização e exportação, sob qualquer forma e em qualquer local, de lagostas conhecidas como lagosta vermelha e lagosta cabo verde, devem-se observar, conforme estabelecido na legislação vigente, as recomendações referentes ao tamanho mínimo da cauda e do cefalotórax desses animais.

Com relação às unidades de conservação, julgue os itens subsecutivos.

- 70 As unidades de conservação dividem-se em unidades de proteção integral, criadas com o objetivo de preservar a natureza, e em unidades de uso sustentável, criadas com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais.
- 71 A conduta de causar danos indiretos a unidades de conservação somente será caracterizada como crime ambiental se esses danos afetarem espécies ameaçadas de extinção que estejam abrigadas nesses locais.
- 72 As unidades de conservação são áreas de preservação permanentes delimitadas por lei, as quais servem, em geral, para preservar os recursos hídricos, as paisagens, a estabilidade geológica e a biodiversidade do país.

Com relação ao disposto no Decreto Estadual n.º 25.389/1999, que normatiza procedimentos e orientações referentes ao gerenciamento de crises no contexto policial do estado do Ceará, julgue os itens a seguir.

- 73 O decreto em referência relaciona, taxativamente, as situações para as quais são exigidas e legalmente permitidas respostas especializadas dos órgãos de segurança pública, excluídas aquelas em que o procedimento policial é rotineiro e sem protocolo específico.
- 74 Apenas em casos extraordinários, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público são convidados a compor o grupo de autoridades que integram o Gabinete de Gerenciamento de Crises do Estado do Ceará, presidido pelo secretário de segurança pública e defesa da cidadania e permanentemente integrado por autoridades representativas dos organismos de segurança pública.
- 75 Conforme o referido decreto, o encargo de gerente da crise, responsável pelo comando da situação *in loco*, deve ser atribuído a delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará ou a oficial superior da PMCE ou do CBMCE.

Acerca dos conceitos relacionados ao gerenciamento de crises, julgue os seguintes itens.

- 76 Denomina-se refém intencional o indivíduo que, no transcorrer de uma ação criminosa, torna-se refém do causador do evento crítico, o qual, dessa forma, pretende obter alguma vantagem.
- 77 Conceitua-se crise como um evento previsível ou não cuja solução demande uma resposta célere e especializada dos organismos de segurança pública.

No que se refere às informações necessárias para a execução do gerenciamento da crise, julgue os próximos itens.

- 78 Antes e durante o gerenciamento de um evento crítico, devem ser angariadas algumas informações essenciais, tais como: a tipologia do causador do evento crítico; o número de reféns, se houver, e suas características; o tipo de armamento utilizado pelo causador do evento crítico; e os dados acerca do ambiente onde se desenvolve a crise.
- 79 Devido à existência de fontes confiáveis e fontes contestáveis, é imprescindível que o gerente da crise avalie e, se for o caso, reavalie as informações que servirão de subsídio para o desenvolvimento do plano de ação direcionado à resolução da situação crítica.

Acerca das ações a serem desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública durante uma situação crítica, julgue os itens subsequentes.

- 80** No local do evento crítico, uma vez avaliada a complexidade da crise, deve-se delimitar, taticamente, a zona interna — espaço destinado à atuação do corpo de bombeiros e de outras equipes de suporte, como atendimento pré-hospitalar e relações públicas.
- 81** Cabe ao primeiro interventor em crises executar as ações preliminares, entre as quais se incluem a identificação territorial do ponto crítico, bem como sua contenção e seu isolamento, e o acionamento do Gabinete de Gerenciamento de Crises.
- 82** Na fase de confrontação, em que são tomadas medidas de resposta imediata, é elaborado o plano estratégico específico para a resolução da crise.

A respeito dos critérios de ação e das alternativas táticas para a resolução de crises, julgue os itens que se seguem.

- 83** A negociação real compreende o processo no qual se busca convencer o criminoso a se render pacificamente, mediante o atendimento a reivindicações razoáveis do causador da crise, por exemplo, ao passo que a negociação tática, empregada quando não há perspectiva de rendição voluntária do causador da crise, consiste no processo de coleta e análise de informações para suprir as demais alternativas táticas.
- 84** A terminologia “não letal”, comumente utilizada para designar técnicas, armas, munições e equipamentos empregados nas ações policiais, refere-se ao objetivo a ser alcançado por quem utiliza tais elementos, e não ao resultado obtido, haja vista que, se desconsiderados os protocolos, podem ocorrer resultados indesejados.
- 85** Uma situação de crise com reféns é finalizada e totalmente resolvida a partir do momento em que ocorrem a rendição ou neutralização do causador do evento crítico e a libertação dos reféns.
- 86** Mesmo em ocorrências de alta complexidade, é obrigatória e protocolar a utilização das alternativas táticas de forma sequencial e ordenada para que a crise seja solucionada, não sendo, portanto, conveniente a interação entre duas ou mais alternativas em um único momento.

Julgue os itens a seguir, relativos ao conceito de planejamento e seus aspectos gerais.

- 87** A divisão e a orientação do trabalho, a coordenação de esforços e a definição das tarefas a serem cumpridas proporcionam o controle e a eficácia do planejamento.
- 88** No planejamento, processo que deve ser considerado como uma forma de previsão, avalia-se o desempenho alcançado exclusivamente a partir dos resultados obtidos, o que torna possível a resolução de problemas.
- 89** De acordo com a perspectiva interativa, os princípios específicos que compõem o planejamento são: planejamento participativo; planejamento coordenado; planejamento integrado; e planejamento permanente.

Com relação aos níveis e às fases do planejamento operacional, julgue os itens que se seguem.

- 90** O terceiro momento do planejamento operacional compreende a realização de um estudo de situação ou a elaboração de diretrizes, conforme a divisão das fases do planejamento operacional estabelecidas pelo Exército Brasileiro.
- 91** A elaboração de planos de cargos e carreira, que deve ser executada em curto prazo, é uma tarefa pertinente ao planejamento operacional.
- 92** A classificação do nível de planejamento é feita com base no nível de gestão a que o planejamento esteja associado, e não simplesmente na nomenclatura adotada.

No que se refere ao planejamento operacional da atividade policial militar, julgue os itens subsequentes.

- 93** Para executar o planejamento operacional, a PMCE dispõe de manuais de doutrina operacional por meio dos quais são prescritas as ações consecutivas e coordenadas diante de situações previamente definidas.
- 94** Entre os componentes que constituem o microambiente do planejamento operacional da atividade policial militar no estado do Ceará incluem-se flexibilidade, tomada racional de decisões e análise criminal.
- 95** Na elaboração do planejamento operacional, devem ser observados alguns elementos como território, processo decisório, efetivo para emprego, situação de emprego e relação custo-benefício.
- 96** O responsável pelo planejamento não deve extrapolar as possibilidades que lhe são oferecidas para a elaboração das tarefas, uma vez que tais possibilidades são estabelecidas em conformidade com as limitações dos recursos disponíveis.

A respeito dos campos de atuação que demandam planejamento operacional pela PMCE, julgue o seguinte item.

- 97** São caracterizadas como eventos extraordinários as operações que envolvem a atuação de equipes de policiamento ostensivo geral e, esporadicamente, equipes especializadas em pontos específicos do território estadual.

Com relação aos instrumentos formais de planejamento adotados pela PMCE, julgue o próximo item.

- 98** Para solucionar demandas simples de policiamento ostensivo, a PMCE utiliza o plano de policiamento, documento em que não constam detalhamentos das ações devido à baixa complexidade dessas demandas.

Durante o patrulhamento em um bairro, a guarnição comandada pelo sargento Freire, que atua há cinco anos naquele setor, identificou que alguns jovens organizavam uma festividade na praça local, situada nos arredores de uma paróquia considerada como ponto sensível pela polícia militar. Por não ter recebido ordem prévia do escalão superior para atuar naquele local, o sargento Freire estabeleceu contato com o oficial de serviço, que instruiu a guarnição a prestar apoio ao evento, que consistia em uma peça teatral na qual trinta jovens encenariam um julgamento.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 99** Nessa situação, o planejamento operacional deve ser feito informalmente pela própria guarnição em conjunto com o oficial que esteja operando na fiscalização, coordenação ou supervisão do policiamento.
- 100** Caso houvesse um planejamento prévio, seria facultado ao sargento Freire modificar procedimentos para que fossem supridas deficiências eventualmente provenientes de imprevistos, desde que observadas as limitações quanto à motivação real de qualquer ato dessa natureza.